



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12553 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

**REFORMA DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL PARAIBANA: conformações e políticas (2015-2021)**

Andréia Ferreira da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Luciana Leandro da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Joedson Brito dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq)

**REFORMA DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL PARAIBANA: conformações e políticas (2015-2021)**

Tendo em vista os desafios enfrentados pelos municípios brasileiros na oferta das etapas da educação básica sobre sua responsabilidade, desde a aprovação da Constituição de 1988, o presente texto apresenta uma pesquisa em andamento que tem analisado o(s) processo(s) de reforma da gestão educacional das redes municipais de ensino do estado da Paraíba, no período pós aprovação dos Planos Municipais de Educação (2015 a 2021). O trabalho está organizado em dois momentos, no primeiro expõe os objetivos e metodologia da investigação e no segundo os estudos e análises realizados até o momento.

Objetivos e caminhos da pesquisa

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o(s) processo(s) de reforma das redes municipais de ensino paraibanas e seus desdobramentos para a (re)configuração da educação pública municipal e para a melhoria da qualidade da educação no estado. Para tanto, vem examinando: os fundamentos, o contexto de emergência, as proposições da municipalização e da reforma da educação básica no país, bem como suas repercussões no âmbito das políticas educacionais para os municípios; as conformações das redes municipais, as iniciativas de avaliação externa em larga escala e as políticas de privatização da educação básica implantadas nas referidas redes de ensino do estado da Paraíba, no período de 2015-2021.

Por meio desse estudo pretende-se disponibilizar para a sociedade paraibana – poder público, sociedade civil, institutos, fundações, universidades e faculdades, escolas de educação básica e pesquisadores do tema – indicadores e informações relativas à caracterização e análise das políticas educativas implantadas nas redes municipais de ensino do estado. Tenciona-se, também, subsidiar processos de monitoramento, avaliação e tomada de decisão nas redes municipais e estadual de ensino do estado da Paraíba com vistas à garantia do direito à educação.

Considerando a abrangência do tema, foram definidos três eixos centrais de apreciação: Eixo 1. as configurações, organização e condições de funcionamento das secretarias municipais de ensino paraibanas; Eixo 2. as políticas de avaliação externa em larga escala e as iniciativas de *accountability* instituídas na educação municipal; e Eixo 3. os processos de privatização da educação municipal realizados por meio de “parcerias” e da contratação de empresas, institutos ou fundações empresariais.

Para atingir o proposto, a investigação adotou uma abordagem quali-quantitativa, que combina um levantamento das políticas adotadas nas redes municipais de ensino paraibanas com um estudo mais detalhado em municípios selecionados e os seguintes procedimentos e instrumentos de coleta de dados: 1. revisão bibliográfica; 2. aplicação de um *survey on-line* para o levantamento de informações sobre a educação municipal paraibana; e 3. realização de pesquisa de campo em oito municípios paraibanos.

Na revisão bibliográfica, etapa já iniciada e que percorrerá toda a pesquisa, tem-se identificado e estudado teses, dissertações e artigos publicados em periódicos da área da educação sobre: a municipalização do ensino, o ente município, suas atribuições e desafios no campo da educação, os processos de reforma educacional no Brasil e na Paraíba, com ênfase nas políticas de avaliação em larga escala e de privatização da educação pública e seus desdobramentos no estabelecimento de parâmetros de qualidade da educação.

Quanto ao *survey on-line*, questionário a ser disponibilizado na Plataforma SurveyMonkey®, será aplicado aos 223 municípios paraibanos com o apoio da União Nacional dos Dirigentes de Educação Municipal/Paraíba (Undime/PB). O uso dessa técnica é adequado quando se busca a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, utilizando-se de um instrumento predefinido (FREITAS *et al.*, 2000). O *survey* está organizado em torno dos três eixos: a. organização da rede municipal de ensino; b. iniciativas próprias de avaliação externa em larga escala, vinculadas ou não a medidas de responsabilização e de prestação de contas; e c. contratação de serviços educacionais por meio de parcerias com empresas, institutos e fundações. A pesquisa se encontra na fase de elaboração dos questionários que compõem o *survey*, dos roteiros de observação e entrevista.

Para a análise das condições de funcionamento e organização das secretarias de educação da Paraíba, também, estão sendo utilizadas informações disponibilizadas pelos

questionários contextuais do Sistema de Avaliação da Educação da Básica (SAEB) aplicados, no ano de 2019, aos secretários municipais de educação. Vale ressaltar que, no ano de 2019, foram utilizados pela primeira vez questionários para os secretários municipais e estaduais de educação, o que ampliou a base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre as condições de organização e oferta da educação no país. Os secretários responderam questões “sobre o funcionamento das redes de ensino, com a abordagem de temas como conselhos, currículos, práticas avaliativas e contratação de professores” (BRASIL, 2020, s. p.). Sobre o uso dos questionários do SAEB como fonte de pesquisa, Sousa e Vidal (2020) afirmam que

[...] representam importantes bases de dados que, analisadas, fornecem informações valiosas sobre situações vivenciadas pelos sistemas educativos e escolas, ajudando a avaliar e orientar políticas públicas. E podem vir a fornecer pistas preciosas sobre novas pesquisas qualitativas para investigar aspectos específicos de interesse de pesquisadores ou de órgãos públicos (SOUSA; VIDAL, 2020, p. 21).

A pesquisa de campo será feita em oito municípios paraibanos selecionados considerando-se os seguintes critérios: localização geográfica; possuir Conselho Municipal de Educação instituído; e informações obtidas no levantamento realizado por meio do *survey on-line* que revelem a implantação de processos de reforma da gestão educacional e escolar com a implantação de princípios gerenciais. Nesta etapa, o foco da pesquisa consistirá nas secretarias e conselhos municipais de educação, compreendidos como instâncias centrais da organização, gestão e acompanhamento da educação municipal.

Nessa direção, o estudo terá quatro procedimentos de coleta de dados: observação das condições de funcionamento das secretarias de educação e dos conselhos municipais de educação; realização entrevistas semiestruturadas com o(a) secretário(a) municipal de educação e membros do Conselho Municipal de Educação; e pesquisa documental, compreendida como o levantamento e a análise de documentos legais e normativos dos municípios investigados.

### Reforma da educação no Brasil e o ente município

Até o momento, vem sendo realizado o estudo de bibliografia que reflete acerca dos processos que envolvem a reforma da educação no país e a municipalização do ensino. Os desafios enfrentados pelos entes municipais para assegurar e expandir o direito à educação com qualidade.

Tem-se constatado que o estudo da municipalização do ensino no país vem privilegiando os seguintes temas: poder local – Vieira (2022); pacto federativo brasileiro – Cury (2010) e Oliveira (2010); e discussões travadas nos processos de elaboração da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal (1996) e do Fundef (1996) sobre municipalização – Barreto e Arelaro (1985) e Pinto (2014), entre outros. Esse estudo vem subsidiando as análises da pesquisa acerca do modelo de municipalização do ensino adotado no país: perspectiva mais democrática ou gerencialista ou patrimonialista ou de um hibridismo na gestão educacional e escolar, como destacam Perboni e Oliveira (2021) e

Mendonça (2001).

Nas últimas três décadas, o campo das políticas públicas sociais e educacionais vem sendo marcado por processos de (re)configuração da atuação do Estado no intuito de atender e operacionalizar as alterações e crises no modelo de acumulação do capital. Tais processos emergiram do fortalecimento da ideologia neoliberal no contexto mundial, a partir dos anos 1970, e de suas propostas de reorganização do Estado e da educação, a partir dos anos de 1990.

Nesse contexto, a reforma do setor educacional vem incorporando a lógica gerencial mediante o fortalecimento do Estado regulador e avaliador, por meio de uma maior centralização e controle do governo central em relação às políticas educacionais, bem como do incentivo e defesa da elevação da participação do setor privado na educação pública. O Estado avaliador passou a adotar “um *ethos* competitivo, neodarwinista, passando a admitir a lógica de mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos” (AFONSO, 2009, p. 49).

Essas mudanças possibilitaram uma “recentralização político-administrativa” no governo federal, sobretudo no que se refere à tomada de decisões e ao controle de resultados (FREITAS, 2007) e uma expressiva ampliação das responsabilidades do ente município na educação básica, especificamente, na educação infantil e no ensino fundamental, por meio de processos de desconcentração de responsabilidades do governo central. De acordo com Pinto (2014), a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef), no ano de 1996, por exemplo, foi fundamental para o processo de municipalização pois promoveu um “enorme incremento das responsabilidades dos municípios na oferta da educação básica” (p. 640). No entanto, no geral, essa ampliação das responsabilidades não foi acompanhada de recursos técnicos e financeiros suficientes para garantir a melhoria de sua capacidade de planejamento e de financiamento, o que pode revelar a ausência de uma estrutura apropriada de gestão educacional (PINTO, 2014).

Essa situação vem contribuir, marcadamente, para dificultar a universalização da oferta e, sobretudo, a elevação dos padrões de qualidade requeridos por cada etapa da educação básica, como resultado das dificuldades existentes no país para a instituição de um regime de colaboração em que a distribuição dos recursos financeiros seja feita de acordo com a necessidades dos entes federados no cumprimento de suas responsabilidades educacionais estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

A implantação de processos de reforma da educação, orientados pelo gerencialismo, vem ocorrendo em municípios de todo o país, sobretudo por meio da implantação de iniciativas de avaliação externa em larga escala e da efetivação de “parcerias” com empresas, institutos e fundações. Considerando este contexto, a pesquisa visa contribuir para a

ampliação do conhecimento disponível sobre as políticas educativas adotadas nos municípios paraibanos em sintonia com as orientações da “modernização” da gestão pública, investigando as principais iniciativas, as áreas alcançadas e os agentes envolvidos. Deste modo, contribuirá para uma reflexão rigorosa acerca das (re)configurações da gestão educacional e escolar nos municípios paraibanos e seus desdobramentos para a melhoria da qualidade da educação paraibana. Além disso, pretende-se disponibilizar para a sociedade paraibana, em geral, e as escolas de educação básica – informações relativas à caracterização e análise das políticas educativas implantadas nas redes municipais de ensino do estado.

#### Referências

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ARELARO, Lisete Regina Gomes. A municipalização do ensino de 1.º grau: tese controvertida. *Revista da Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, Parte inferior do formulário. v. 11 n. 1-2, 1985.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Testes e Questionários. 31 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/testes-e-questionarios>. Acesso em: 18 set. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO, 2010.

FREITAS H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa *survey*. São Paulo/SP: *Revista de Administração da USP, RAUSP*, v. 35, n. 3, jul./set. 2000.

FREITAS, Dirce Ney. *A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa*. Campinas: Autores Associados, 2007.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, 2001, vol. 22, n. 75 p. 84-108.

OLIVEIRA, Cleiton. Federalismo brasileiro: algumas implicações no campo educacional. *Plures Humanidades*. v. 14, n. 2, 2013. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/104/81>. Acesso em: 20 set. 2022.

PERBONI, Fabio; OLIVEIRA. Hibridismo na gestão escolar: percepções dos diretores escolares da cidade de Dourados (Mato Grosso do Sul). 2021. *Revista Educação em Questão*, 59(59). <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2021v59n59ID22747>.

PINTO, José Marcelino Rezende. Federalismo, Descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. *Cadernos de pesquisa*, v. 44, n. 153, p. 624-644, jul./set. 2014.

SOUSA, Esmeraldina Januário de; VIDAL, Eloisa Maia. Diretores da rede municipal de

Fortaleza: achados sobre gestão escolar. *Roteiro*, Joaçaba, v. 45, p. 1-28, jan./dez. 2020.

VIEIRA, Sofia Lerche. Poder local e educação no Brasil: dimensões e tensões. *RBPAAE*, v. 27, n. 1, p. 123-133, jan./abr. 2011.